

A GRAMÁTICA DOS CASOS E O "DATIVO".

Maria Cecília Pires Barbosa LIMA*

RESUMO: Este trabalho faz uma apreciação de alguns estudos sobre o Dativo tal como apresentado por Fillmore em 1968 e desenvolvido e modificado, a partir de então, pelo próprio Fillmore e outros lingüistas.

UNITERMOS: Teoria lingüística; Gramática dos Casos; Dativo; Experimentador; Beneficiário.

Sweet is the lore which Nature brings;
Our meddling intellect
Mis-shapes the beauteous forms of
things:- We murder to dissect
"The Tables Turned"
William Wordsworth.

INTRODUÇÃO

1. Algumas palavras sobre a Gramática dos Casos

A Gramática dos Casos (G.C.) nasce em fins dos anos 60, no seio do gerativismo, que se preocupa com a busca dos universais da linguagem e propõe uma base sintática comum às diferentes línguas. A proposta de Fillmore parte da teoria padrão de Chomsky, apresentando uma base sintática ligada a elementos semânticos, mais profunda que a base sintática até então concebida. Fillmore desenvolve suas idéias em dois artigos, inicialmente: "A Proposal concerning English Prepositions" e "The Case for Case", e pretende dar uma contribuição para os estudos dos universais sintáticos formais e substantivos. No primeiro artigo, Fillmore se afasta da teoria padrão chomskiana, rejeitando a distinção entre categorias e funções

gramaticais, propondo uma representação direta de funções semânticas do nome e, portanto, rejeitando também a pertinência das funções "sujeito" e "objeto direto" na estrutura profunda; em "The Case for Case", Fillmore propõe a introdução da noção de *caso* no componente de base de toda língua, sendo que a estrutura de base comporta termos primitivos que são relações casuais. Sua proposta mantém a centralidade da sintaxe, como proposto por Chomsky em *Aspects...* e ressalta a importância de "relações semanticamente relevantes" (que podem estar encobertas), que envolvem nomes e as estruturas que os contêm, formando um conjunto finito específico — as relações casuais, universalmente válidas (7, p. 21). Fillmore usa *caso* para "identificar a relação sintático-semântica subjacente", e "forma casual" para significar "a ex-

* Departamento de Letras Modernas — Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação — UNESP — 14.800 — Araquara — SP.

pressão de uma relação casual numa determinada língua” (ibidem).

A estrutura básica de uma frase simples é formada de um verbo e um ou mais sintagmas nominais, cada um deles associado ao verbo por meio de uma determinada relação casual. Cada relação casual ocorre somente uma vez numa frase simples. Podem-se então estabelecer tipos de frases de acordo com as várias combinações possíveis de casos, e podem-se também classificar os verbos de acordo com o “quadro de construção casual” (case frame) em que possam ser inseridos.

Fillmore apresenta sua sugestão para o número e para a identificação dos casos, os quais têm que traduzir conceitos universais, que “identificam certos tipos de julgamento que os seres humanos são capazes de fazer sobre eventos que acontecem à sua volta”... A lista inicial de casos é: Agentivo (A), Instrumental (I), Dativo (D), Factitivo (F), Locativo (L), Objetivo (O) (o autor cita o Beneficiário (B) numa lista de casos dada na p. 32, 1968).

A regra básica para a formação de uma frase é: Frase → Modalidade + Posição.

O constituinte *modalidade* contém elementos que modificam a frase como um todo, incluindo negação, tempo, modo, aspectos e, possivelmente, alguns casos. Na *posição* é que se inserem o verbo e um ou mais nomes (ou orações inseridas) ligados ao verbo por relações casuais. Uma categoria casual é reescrita como K + SN, sendo K o elemento subjacente que aparece na superfície como preposição, posposição, afixo, dependendo da língua. Fillmore apresenta então as manifestações de superfície de K para o inglês, que seriam as preposições indicadoras da relação casual (nos outros dois artigos de Fillmore, importantes para a G.C. (1971, 1977), e que apreciaremos mais adiante, o autor revê esse item, abandonando-o como impreciso e desnecessário).

Não nos estenderemos aqui sobre os demais pontos desenvolvidos por Fillmore para completar sua proposta, como, por exemplo, os mecanismos através dos quais se passa da EP à ES, a manifestação dos marcadores casuais, ou os problemas de topicalização e objetivação.

Nosso objetivo aqui é mais modesto, mas nem por isso deixa de apresentar aspectos a nosso ver dignos de atenção.

2. *Objetivos*

Os artigos de Fillmore mereceram muita atenção por parte dos linguistas, que contribuíram com críticas e sugestões para mudanças, numa tentativa de melhor precisar os conceitos lançados inicialmente. O próprio Fillmore revê algumas posições em 1971, e apresenta um novo caminho para G.C. em 1977.

Não só a base teórica do trabalho de Fillmore foi bastante discutida, como os diversos casos por ele propostos foram detalhadamente estudados, e várias modificações foram sugeridas. O objetivo deste trabalho é fazer uma síntese das observações merecidas por um dos casos inicialmente apresentados por Fillmore, o *Dativo*. Para tanto, serão apontados os itens básicos que ajudem a caracterizar esse caso, itens esses colhidos em dados fornecidos por diversos autores. Serão mostradas, além disso, as divergências e particularidades do estudo de cada autor, visando a um melhor enquadramento do caso e à busca de um denominador comum.

O DATIVO

1. *O Dativo de Fillmore — 1968 (D-68)*

A caracterização do Dativo por Fillmore (7, p.24) é bastante simples e direta: Dativo é o “caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificado pelo verbo”.

O uso de traço lexical para identificação dos casos deu margem a muita discussão (principalmente na caracterização do

Agentivo), mas parece ser um expediente útil, embora não definitivo, para a identificação de D-68. (A animação não é expediente definitivo, uma vez que o caso Objetivo poderia ser usado em relação a um ser animado, desde que sua animação não fosse relevante para a ação expressa pelo verbo).

O traço relacional básico do D-68 é ser “afetado” pela ação ou estado indicado pelo verbo. Este traço é aceito e adotado por vários autores, embora sozinho não baste para distinguir D de outros casos.

D-68 portanto, enquanto tal, caracteriza-se apenas como uma noção inicial, a partir da qual se vão depurando alguns desdobramentos necessários.

2. Os estudos de A.M. McCoy

Ana Maria McCoy, em seu trabalho *A Case Grammar Classification of Spanish Verbs* (1969), faz uma aplicação da gramática dos casos ao espanhol, tentando apresentar uma classificação dos verbos espanhóis de acordo com o quadro de construção casual em que os verbos possam ser inseridos.

Para tanto, a autora propõe algumas modificações à teoria de Fillmore, entre as quais a existência de um conjunto de treze traços relacionais básicos que servem para caracterizar os casos, distinguindo-os e relacionando-os entre si. Da combinação desses treze traços básicos, McCoy deriva 20 casos, assim agrupados: 1) argumentos de causa; 2) argumentos afetados; 3) argumentos circunstanciais. Os argumentos afetados são os que sofrem o efeito da ação levada a cabo pelos verbos causais ou que se encontram no estado descrito pelo verbo. As relações existentes entre os argumentos afetados e o resto da frase são expressas pelos casos

Dativo (D), Experimentador (E), Objetivo (O) e Factitivo (F).

O D-68 foi, portanto, desdobrado em dois casos — Dativo e Experimentador, para os quais McCoy mantém o traço lexical [+ animado].

O Dativo de McCoy se caracteriza por colaborar com o A em verbos complementares conversos, seguindo daí que D só aparece em frases em que haja A, e nunca, portanto, como sujeito.

O Dativo se caracteriza ainda por:

- a) traços casuais:
// - Causa //, // - Instigador //, // - Realizador //, // - Intenção //, // - Efeito //, // - Controle //, // ± Origem //, // ± Meta //, // + Ativo //, // + Afetado // ...
- b) marcador de superfície: a preposição *a* e *de* (quando D tiver o traço // + Origem // .)
- c) dominação casual: D é dominado por A.
- d) transformações: D nunca é sujeito da voz passiva.*
- e) topicalização: D nunca é sujeito (nem na ativa, nem na passiva).

— D pode ser objeto indireto se for marcado com o traço // + Origem //.

— D é obrigatoriamente objeto indireto se for marcado com // - Origem //.

Exemplos: 2) Alfredo aceitou a pena de *Pelayo*.

3) Os meninos foram devolvidos *ao conde* pela cigana.

4) A mãe deu chocolate *aos meninos*.

McCoy identifica o Experimentador com as seguintes características:

- a) traços casuais: os mesmos de D, com uma única diferença:
E é marcado // - Ativo //.

* Isso é válido para o espanhol, assim como para o português, mas não se aplica ao inglês, língua em que o objeto indireto, ou o objeto de preposição pode também ser transformado em sujeito da passiva.

Ex.: 1) The boys were given chocolate.

- b) marcador de superfície: E não apresenta marcador de superfície, quer se manifeste como sujeito, quer como objeto direto.
- c) dominação casual: E não domina, nem é dominado por nenhum outro caso.
- d) transformações: E não aceita imperativo
- frases com sujeito E não podem ser objeto de verbos do tipo *convencer, persuadir*, etc.
 - verbo com sujeito E não aceita o teste com o verbo fazer (o que E fez foi...)*
 - E pode ser sujeito da passiva se não houver O
- e) topicalização: E pode ser — sujeito de V / - Ativo /
- objeto de V / + Ativo /
 - objeto direto se não houver O
 - objeto indireto se houver O
 - sujeito da passiva de V / + Ativo /, se não houver O.

Se D é usado com verbos do tipo *dar, devolver, entregar, pagar, vender, tomar, aceitar*, etc., os verbos usados com E, segundo McCoy, são, basicamente, verbos de entendimento e vontade, que ela agrupa em 4 tipos: 1) de posse; 2) de percepção ou compreensão (inconsciente, não procurada); 3) de memória; 4) de desejo.

McCoy apresenta ainda o Experimentador comitativo exemplificado na oração: 5) "D. João casou Maria com Júlio."

Para solucionar o problema dos verbos estativos, a autora propõe o E estativo, ilustrado no seguinte par de exemplos: 6) Maria (E) soube que... (mudança de estado, compreensão); 7) Maria (E estativo) sabe que...

A diferença entre as duas orações existe tanto em português como em espanhol e outros autores, como David Lee ou como Chafe, atribuem o significado em 6) à adição da unidade derivacional *incoativo* à base estativa.

Essas são, em linhas gerais, as características dos dois casos em que McCoy desdobra o D de Fillmore. A análise fica agora, realmente, mais acurada do que aquela que um único caso poderia proporcionar. A distinção entre os traços // + Ativo// para o D e // -Ativo// para E é uma distinção pertinente e comprovável em todos os exemplos dados pela autora. Parece, no entanto, que a validade de várias afirmações fica circunscrita ao espanhol. Devido, certamente, ao fato de ter-se detido McCoy tão minuciosamente em dados da superfície (como seu estudo realmente exigia), falta, talvez, à sua proposta um caráter mais universal, como seria desejável.

3. Os estudos de Nilsen

Em *Toward a Semantic Specification of Deep Case* (1972) Nilsen confirma a opinião de McCoy sobre a dificuldade de se encontrarem em Fillmore critérios mais definitivos para a identificação dos casos. O que Nilsen propõe é um engajamento total aos traços semânticos para a identificação dos casos profundos. Para tanto, tenta mostrar que não há perfeita correlação entre traços profundos e manifestação de superfície, sendo enganoso, muitas vezes, o estudo que parte dela. Faz também sugestões quanto à natureza dos traços casuais e sua relação com os papéis casuais e, principalmente, sugere que a relação casual entre o sintagma nominal e o verbo também relaciona nomes entre si.

Na parte IV de seu trabalho, Nilsen analisa o quadro de traços e casos apresentados por McCoy e, embora reconheça

* Essas três características, válidas para verbos espanhóis e ingleses, não são definitivas para os verbos equivalentes (estativos) em português.

grandes méritos no estudo da autora, propõe modificações, restringindo os critérios de identificação do caso profundo àqueles que ele classifica como sendo estritamente traços casuais.

Para Nilsen, os traços casuais, reduzidos para seis, aparecem em pares hierarquicamente relacionados, assim como os casos profundos, também em número de seis.

Pares de traços
Controlador — controlado
Causa — efeito
Origem — meta

Pares de casos
Agente (A) — Instrumento (I)
Causativo (C) — Paciente (P)
Origem (Or) — Meta (M)

Os pares de traços são apresentados de tal modo que o primeiro par é um subconjunto do segundo e esse um subconjunto do terceiro. Assim, o caso que tem o traço *controlador* (A) tem também os traços *causa* e *origem*; o caso que tem o traço *causa* (C) tem também o traço *origem*, o mesmo acontecendo com os outros membros de cada par. O traço *controlador* engloba quatro dos traços apresentados em McCoy: *instigador*, *realizador*, *intenção*, e *controle*; o traço *controlado* abrange os “afetados” de McCoy.

Os casos profundos e seus traços básicos são:

Casos \ Traços	Controlador	Controlado	Causa	Efeito	Origem	Meta
Agente (A)	X		X		X	
Instrumento (I)		X	X	X	X	X
Causativo (C)			X		X	
Paciente (P)				X		X
Origem (Or)					X	
Meta (M)						X

O I é marcado // + controlado//, // + efeito//, // + meta// enquanto se relaciona com A. Mas I pode estar também ligado a P numa relação de causa-efeito; é então marcado // + causa//, // + origem//, confundindo-se parcialmente com o Causativo.

O D de Fillmore 1968 (como também O e F) e os argumentos afetados de McCoy ficam englobados no *Paciente* de Nilsen. Embora Nilsen dispense o traço lexical como não importante na identificação dos casos, ele aceita, de certo modo, o traço [+ animado] para distinguir o antigo E do O, [- animado] (12, p. 38).

Quanto ao traço relacional, Nilsen atribui aos afetados de McCoy o traço // + controlado// e identifica P como o

caso da coisa afetada sobre a qual se age, o receptor da ação em predicados de vários argumentos, o caso emparelhado ao Causativo.

Surge aí um primeiro problema: Nilsen afirma que os “afetados” terão o traço // + controlado// (12, p.35), como realmente parece ocorrer. Mas ele não mostra essa relação no quadro que reproduzimos acima. Parece que faltou no quadro a indicação de que A pode relacionar-se diretamente com P numa relação controlador-controlado, situação em que deveria ser marcado, como previsto, // + controlado//

Outra observação se faz necessária no que diz respeito ao uso que Nilsen faz

de P e dos casos antigos afetados, como se eles coexistissem, tendo o autor afirmado anteriormente que P os inclui a todos. Sugere isso que Nilsen sente necessidade de expandir P?

Essa confusão está bem presente em alguns exemplos com que Nilsen ilustra a aplicação dos traços casuais. Na aplicação dos traços // + origem// + meta//, o autor afirma que essa relação pode ser encontrada numa relação entre Paciente e Experimentador. Dá exemplos: 8) João possui um conversível; 9) João saboreou a torta; 10) João apreciou o concerto.

A primeira observação sobre esses exemplos é a que já fizemos acima. O Paciente engloba ou não o Experimentador? Parece que não, contrariando a proposta inicial.

A segunda observação diz respeito à atribuição dos traços//origem// //meta// às orações: ao sujeito *João* (caso = E) é atribuído o traço // + meta// e aos objetos (caso = P), o traço // + origem//. Isso também não está de acordo com a atribuição de traços apresentada no quadro que ele apresentou na p. 37, onde P era marcado // + meta//.

Na realidade, sente-se falta de uma explicação mais detalhada ou mais englobante sobre os traços casuais //origem// e //meta// que exprimem as relações mais importantes, parece-nos, porque estão presentes também nos outros traços. Ao analisar os traços propostos por McCoy, Nilsen diz que os traços //origem// e //meta//, assim como //causa// e //efeito// por ela apresentados, permanecem intactos, mas que, no seu sistema, a relação entre cada par é mais óbvia, como se pode ver na lista de pares que ele apresenta (12, p. 35). Essa caracterização parece insuficiente em vários pontos.

Depois de apresentar os seus casos profundos, que são encontrados em estruturas de mais de um argumento, Nilsen analisa as estruturas de um único argu-

mento, propondo para os nomes que aí aparecem mais um caso, o objetivo, que não se relaciona com nenhum outro caso e recobre todos os casos que possam ocorrer com predicados de um só argumento. Desse modo, os sujeitos de orações como: 11) João comeu; 12) João morreu./ O gelo derreteu; 13) João é criterioso. Seriam todos rotulados com o caso Objetivo na EP porque, segundo Nilsen, existe aí uma mesma relação entre sujeito e predicado (sendo *estativo* e *não estativo* traços do verbo). No entanto, se se aplicam a essas orações os traços casuais apresentados pelo próprio autor, vê-se logo que os SN dessas orações não recebem todos os mesmos traços e não têm, conseqüentemente, o mesmo papel semântico, tendo que ser rotulados como casos diferentes. O caso O, como proposto por Nilsen, incluiria A, E, O. Parece que a inserção do caso Objetivo aqui atende somente ao propósito de preencher a lacuna que se abre numa proposta baseada em *pares* de casos. Nada impediria, no entanto, que Nilsen mantivesse, em predicados de um argumento, os mesmos casos usados em predicados de vários argumentos, uma vez que ele afirmou no início que as relações casuais possíveis entre o sintagma nominal e o verbo são as mesmas que relacionam os nomes entre si.

Uma última observação sobre o trabalho de Nilsen refere-se à classificação dos traços// controlador//, //causa// e //origem// como *traços ativos* e dos traços //controlado//, //efeito// e //meta// como *traços receptivos*: Nilsen rejeita em McCoy o traço *ativo* por considerá-lo lexical e portanto não pertinente na identificação dos casos. Parece que esse item mereceria maior atenção e talvez uma adaptação como subtraço, uma vez que Nilsen lança mão do termo “ativo” — contraposto a “receptivo”, que não quer dizer exatamente “não ativo” — para caracterizar os traços, sem, no entanto, esclarecer se se trata do mesmo conceito usado por McCoy. A importância desse

subtraço, se assim o pudermos chamar, está em permitir um escalonamento dos casos de acordo com a atividade, expediente útil para explicar a topicalização.

A abordagem de Nilsen, por não se basear em dados da superfície, tem o mérito de tentar trabalhar com poucos elementos, escolhidos como básicos, e é um passo muito importante para a identificação dos casos.

4. Os estudos semânticos de W. Chafe e Cook

Importantes contribuições ao desenvolvimento da gramática dos casos podem ser encontradas na obra de W. Chafe, *Meaning and the Structure of Language* (1970), e em vários artigos de Walter Cook, autor que mostra grande interesse pela Gramática dos Casos e que de modo muito claro retoma pontos importantes, ordenando a parte teórica e propondo bases para a aplicação efetiva da teoria. Embora partam de diferentes pressupostos, os estudos de Fillmore e Chafe apresentam vários aspectos comuns, que são, desse modo, sedimentados. Ambos afirmam que a frase, em sua estrutura básica, consiste em um verbo e um ou mais nomes, cada um dos quais mantém uma determinada relação com o verbo. Chafe, porém, propõe a estrutura semântica como central à análise, enquanto Fillmore, como vimos, prendeu-se à centralidade da sintaxe, proposta pelo gerativismo (lembramos que Fillmore vai rever essa posição em "The Case for Case Reopened"). Além disso, contrariamente a Fillmore, que propôs a classificação dos verbos de acordo com o arranjo de casos em que possam ser inseridos, Chafe apresenta o verbo como elemento central na frase, elemento cuja natureza determina os tipos de nomes que o acompanham, a relação entre esses nomes, e o modo pelo qual esses nomes serão semanticamente especificados.

As quatro especificações semânticas básicas para o verbo (além da especificação *ambiente*) apresentadas por Chafe

são: estado, processo, ação, ação-processo. As relações nome-verbo exigidas por essas especificações verbais são *paciente* (P) (para verbos de estado e de processo) e *agente* (A) para verbos de ação, sendo que os verbos de ação-processo pedem os dois tipos de relação.

As unidades selecionadoras presentes no verbo (estado, processo, etc) vão determinar também, até certo ponto, as unidades selecionadoras nos nomes (contável, potente, humano, etc). Uma raiz verbal especificada por determinada unidade selecionadora pode mudar de especificação mediante a adição de unidades derivacionais como *incoativo* (estado > processo), *resultativo* (processo > estado), *causativo* (processo > ação-processo) (as derivações propostas por Chafe são bidirecionais). Esse processo derivacional permite que determinada raiz possa pedir diferentes argumentos, dependendo das unidades derivacionais que a ela se possam adicionar.

Mas, não nos distanciemos do nosso objetivo. Vejamos as informações básicas do estudo de Chafe que nos permitiram apreciar o modo como ele trata os argumentos que Fillmore rotulou inicialmente como caso *Dativo*. Além de A e P (P corresponderia ao O de Fillmore), Chafe aponta outras relações que o nome pode ter com o verbo, entre as quais estão a do Experimentador (E) e a do Beneficiário (B).

O Experimentador não tem as características de A nem as de P. É alguém que está mentalmente disposto de algum modo. Cook define E como "o caso exigido por um verbo de experiência, que especifica aquele que sofre um evento psicológico de sensação, emoção ou cognição" (4, p. 9; 3, p. 71). O Experimentador é exigido por verbos de experiência, que podem identificar estados (como os verbos *querer*, *gostar*, *apreciar*) ou processos (intrínsecos ou derivados) (como *ver*, *ouvir*, *sentir*, *aprender*, *lembrar*). Ressalte-se

que, para Chafe, os verbos de experiência não identificam ações. Chafe apresenta ainda uma regra que permite que o estado-experiência possa ser também ambiente. Ex.: 14) Tom está com calor.

Existe também a possibilidade de que verbos de ação-processo que pedem E, como *mostrar*, *ensinar* (e o inglês "remind", *fazer lembrar*) sejam causativamente derivados de processos como os expressos pelos verbos *ver*, *aprender* (e *lembrar*).

Cook, em "A Set of Postulates for Case Grammar Analysis", faz uma análise comparativa bem interessante dos trabalhos de Fillmore e Chafe, mas em "Case Grammar and Generative Semantics", e principalmente em "Covert Case Roles", sua análise de tipos verbais e tipos de argumentos exigidos pelo verbo é mais detalhada (embora, apresentada também em outro artigo, seja bastante criticada por Zarechnak (1974) em vários aspectos).

Em "Covert Case Roles", Cook apresenta os casos que pôde identificar em sua análise: casos proposicionais: Agente, Experimentador, Beneficiário, Objetivo, Locativo; em predicções estativas: Experimentador estativo, Beneficiário estativo, Objetivo estativo; casos modais: Temporal, Modal (incluindo Instrumental), Beneficiário externo, Locativo externo, Causa, Propósito e Resultado.

Cook propõe ainda uma classificação dos papéis casuais: a) os papéis casuais *manifestos*: existem na EP e sempre aparecem na ES; b) os *parcialmente encobertos*: existem na EP e são opcionais na ES; c) os *totalmente encobertos*: existem na EP e nunca aparecem na superfície. Os casos totalmente encobertos podem ser encontrados na língua como: 1) papéis vagos; 2) papéis lexicalizados e 3) papéis co-referenciais.

O Experimentador está sempre presente na EP de verbos de experiência. Vejamos como E se comporta com as diversas específicas verbais.

Com verbos estativos, E, agora E est., pode ser apagado na superfície. Ex.: 15) E duvida de O; 16) O é duvidoso (para E); 17) E está interessado (em O); 18) O é interessante (para E).

O Experimentador pode ainda ser um papel vazio em orações como: 19) O parece triste (para E).; 20) João se parece com Alfredo (para E, no entender de E).*

Com verbos (de experiência) de processo, (*sentir*, *ouvir*, *ver*), Cook não aponta nenhum caso E encoberto.

Com verbos (de experiência) de ação, (não apontados por Chafe, como vimos) a estrutura casual seria + [- A,E] (derivada de + [- A,E,O], uma vez que Cook aceita a hipótese de que O está sempre presente na EP de todas as estruturas). Ex.: 21) A questiona E (O está lexicalizado no verbo); 22) A amedronta E (O seria co-referencial com A, explicação não muito clara, que parece um pouco forçada, talvez somente para a manutenção da proposta de um O universal na EP. Zarechnak também acha estranha essa explicação).

Nas estruturas com verbo de ação— processo quadro: + [- A,E,O], o caso E pode estar parcialmente encoberto em verbos como *dizer*.

O caso E, assim como o Beneficiário (B), que estudaremos abaixo, nunca se encontra lexicalizado no verbo.

O Beneficiário, para Chafe, ocorre em uma situação em que o argumento se beneficia daquilo que foi comunicado no resto da oração. Cook define os verbos benefactivos como aqueles que expressam

* Este último exemplo é dado por Cook como sendo uma violação da regra que exige um só exemplar de cada caso por frase. Cook sugere que o quadro casual para o verbo "resemble" (*parecer-se com*) seja + [- O,O]. Não discutiremos isso aqui, uma vez que Fillmore já argumenta contra esta proposta em "Some Problems"... (8, p. 39).

posse ou então ganho ou perda numa transferência de propriedade. Exigem, basicamente, três casos: A, O, B, sendo B o caso “que especifica aquele em estado de posse, ou aquele que sofre perda ou ganho na transferência de um objeto” (4, p. 74).

Chafe afirma que a hipótese de que há dois tipos de relações distintas, E e B, é apoiada pelo fato de que algumas línguas as representam de modo diferente na ES e que há entre elas diferenças no funcionamento semântico.

Os verbos benefactivos podem identificar estados, como *ter*, *possuir*, que exigem o B est.

Podem ser também verbos de processo (derivados ou intrínsecos) como *achar*, *adquirir*, *perder*, *ganhar*. Cook diz que nas estruturas com verbos benefactivos de estado e de processo não há papéis encobertos.

Há ainda os verbos benefactivos de ação-processo (derivados ou intrínsecos), como *vender*, *dar*, *comprar*, *enviar*. O fato de verbos benefactivos poderem ser intrinsecamente de ação-processo, contrariamente aos verbos de experiência, é uma das diferenças importantes entre os dois tipos de verbo, segundo Chafe.

Para Chafe, B pode ser opcionalmente apagado. Nas palavras de Cook, B pode ser parcialmente encoberto como em: 23) *A rouba O (de B)*, ou é totalmente encoberto pela regra de apagamento referencial: 24) *A compra O (para B, sendo A = B)*; 25) *A pegou um peixe (para B, sendo A = B)*.

Não há, para Chafe, verbos benefactivos que sejam simples ações, embora haja a possibilidade de se juntar, opcionalmente, um Beneficiário a todo verbo de ação (ação simples ou ação-processo). É o que Cook classifica como B externo (que se localizaria na modalidade). Ex: 26) *Maria cantou (para Tom)*; 27) *Maria tricotou um suéter (para Tom)*.

Cook, no entanto, apresenta, em sua matriz, verbos benefactivos de ação, assim como propôs os verbos de experiência de ação (derivados), com o quadro casual + [— A,B], derivados de verbos do tipo A-B-O, em estruturas em que O não se apresenta na superfície, estando lexicalizado no verbo. Ex: *subornar*, *armar*, etc.

Zarechnak fez algumas observações interessantes a respeito das derivações, da necessidade de uma redução dos lexemas verbais, expediente que refina a análise, mas que levanta alguns problemas (i.e, ver o que há de básico naquilo que já é considerado um elemento básico da estrutura, o verbo). Diz ele que a idéia de derivação deve estar sujeita a muita cautela. Seria necessário fazer uma lista dos átomos semânticos universais para se poder ter uma subclassificação precisa dos itens lexicais derivados. Isso ainda não existe. O que se tem são fragmentos de teorias, o que não permite uma análise segura e uniforme.

Embora muito reste por fazer, como bem afirma Zarechnak, muitos passos importantes têm sido dados para a correta identificação do papel semântico dos argumentos que acompanham o verbo, como, parece-nos, a contribuição fundamental de Chafe, os esforços de adequação de Cook, Zarechnak e outros.

5. Fillmore retoma a palavra

Em seu artigo “Some Problems for Case Grammar”, de 1971, Fillmore faz um breve histórico da trajetória da sua gramática dos casos, reconhece que vários pontos de sua proposta inicial estavam incorretos, mas acha que as idéias básicas são válidas.

Vários problemas importantes são levantados e interessantes soluções são sugeridas, como o problema da causatividade, por exemplo.

Interessa-nos no momento a nova proposta relativa à classificação e identifi-

cação dos casos. A lista dos casos — já na nova hierarquia — é a seguinte: Agente (A), Experimentador (E), Instrumental (I), Objetivo (O), Origem (Or), Meta (M), Locação (L) e Tempo (T). O velho Dativo dissolveu-se, incorporando-se agora a três casos: E, caso do evento psicológico genuíno, de verbo de evento mental; O usado agora também com verbo não psicológico de mudança de estado, como *morrer*, *crescer*, (serve também para designar a entidade que se move ou sofre mudança e, quando rotula uma oração inserida, indica o conteúdo de um evento psicológico); M, com verbos de transferência ou movimento de algo para alguém, indica o receptor (indica ainda o estado ou resultado final de uma ação ou mudança, correspondendo ao antigo *Factitivo*, e, como oração inserida, identifica o estado ou evento resultante, numa construção causativa).

O antigo beneficiário, timidamente sugerido em “The Case for Case” e desenvolvido por outros autores, é agora dispensado de vez, substituído por Meta. Fillmore argumenta, para justificar o abandono, que B sempre ocorre em frases com A e somente quando se pensa no papel de A como sendo deliberado ou voluntário. Assim, a existência de B exigiria que se sobrecarregasse a teoria com certa redundância no que toca à seleção de casos e exigiria ainda que se reconhecessem expressões de atos voluntários e intencionais. Isso seria evitado se se aceitasse a noção de Meta como a direção ou o receptor da ação; o Objetivo seria uma oração inserida num predicado mais alto, de verbos do tipo *dar* ou *oferecer*, que teria a presença de um A, e do receptor.

A idéia da existência de um predicado mais alto em que se inserem, como O₃, o verbo benefactivo, seu paciente e o receptor, parece ser satisfatória para o Beneficiário como concebido por Chafe (o Beneficiário externo de Cook) conforme bem mostra o exemplo dado por Fillmore: *I did it for you*. Não resolve, porém, to-

dos os problemas apresentados pelos verbos benefactivos, como veremos.

Fillmore não mostra em “Some Problems”... maiores hesitações na identificação de E, mas sim na dos argumentos que o acompanham.

Em “The Case for Case Reopened” (1977), Fillmore propõe uma nova interpretação do papel dos casos e um novo método para investigar a questão do número e identidade dos casos. A proposta se apresenta como uma grande abertura em relação aos estudos iniciais de casos. Apontaremos aqui alguns dados básicos, por os considerarmos muito importantes para o alargamento da G.C., embora não se refiram especificamente ao caso objeto de nosso trabalho.

O estudo da estrutura funcional das partes da frase vai ser baseado na estruturação “orientacional” ou “de perspectiva” da mensagem. A noção de caso vai ser muito diferente da original. O novo método se prende à proposta de “significados relativizados com respeito a cenas”. Quando um determinado evento é posto em causa, é “ativado” (por ex., uma transação comercial), escolhemos uma certa perspectiva daquele evento (a compra, a venda, o preço, etc.) determinada pela escolha do verbo, de acordo com a qual somos compelidos a usar as entidades envolvidas. As funções gramaticais dos SN que representam as entidades que são postas em perspectiva são determinadas por “algo como uma hierarquia de casos profundos”.

Um dos pontos principais do novo enfoque é a noção de quadro casual, cuja função é fornecer uma ponte entre a descrição da situação e as representações sintáticas subjacentes. O quadro casual não contém necessariamente uma descrição de todos os aspectos relevantes de uma situação, mas somente uma determinada parte da situação, aquela que foi posta “em perspectiva”. Esse expediente parece visar

à simplificação do processo de identificação dos papéis casuais.

Algumas das condições que propiciam a inclusão de um argumento na perspectiva, condições de destaque ("saliency") são: ser *humano* (é a força do traço lexical, sempre presente); *mudar* de estado ou localização; ser *definitivo* e *total*.

Desse modo, Fillmore, abrindo mão de certas minúcias descritivas, fornece à sua teoria um grau maior de generalização, dando, possivelmente, maior simplicidade e adequação à análise.

RESUMO E CONCLUSÕES

Pouco temos a dizer sobre o Dativo original. Dele quase nada sobrou, ou tudo, afinal, pois os casos que dele vieram guardaram os traços *afetado* e, com certas restrições relutantemente, *animado*. Não se pode dizer que não foi uma boa semente, dentro dos estudos de casos.

Os estudos de McCoy, tão criticados mas sempre citados, deram uma contribuição muito válida para a identificação dos casos englobados em D-68. O Experimentador foi bem caracterizado como o caso usado com verbos e percepção, memória, desejo, McCoy inclui na lista, indevidamente, a nosso ver, os verbos de posse, que pedem um tipo de relação diferente. Apontou a existência do Experimentador estativo; seu Dativo coincide com o Beneficiário de verbos de ação-processo de Chafe e de Cook ou, parcialmente, com Meta de Fillmore — 1971 (enquanto "recebedor"). A escolha de traços casuais pode ter sido redundante, mas a autora usa com proveito traços importantes como *origem-meta*, que tentou definir mais detalhadamente que outros autores, embora não conseguisse também usá-los num grau necessário de generalização.

O trabalho de Nilsen tem o mérito de tentar simplificar, eliminar o supérfluo. Mas, encontrar o essencial não é uma tarefa impossível?

A idéia de trabalhar com pares de traços e casos foi muito frutífera, embora o autor pudesse ter cruzado mais os traços para melhor caracterização dos casos, que ficou falha: os traços origem-meta, por exemplo, apontados corretamente como básicos, poderiam ter sido mais amplamente aplicados; o Agente é marcado somente com o traço *origem*, o Paciente é marcado somente com *meta*, o que se constitui numa falha importante da análise.

O Paciente de Nilsen — se é que ele teve a intenção de substituir todos os afetados por P — não é suficiente para recobrir os casos que nos interessam neste estudo. Falta no seu trabalho o que se encontra em Chafe: maior preocupação com o elemento central da estrutura, o verbo, pois só a partir dele se podem estudar as relações da estrutura. A preocupação de trabalhar com pares de nomes o afastou do verbo, também.

Em Fillmore — 1977, há breve referência ao trabalho de Nilsen, acusando-o de ter confundido (como o próprio Fillmore) noções relacionais e categorias. Essa referência parece ser injusta. Nilsen tenta fugir, na medida do possível, do traço lexical do nome (por isso, engloba todos os afetados num único caso). Acaba cedendo, em alguns momentos, à caracterização lexical, mas não como expediente de identificação de casos e sim como decorrência da soma de traços que incidem sobre o caso (veja-se, como exemplo, o tratamento que dá ao Agente, (12, p. 45). Mas não é verdade, como afirma Fillmore, que define o Instrumental como causa inanimada: "It does not follow, however, that Instruments are the 'inanimate cause' of an action. In fact, Instruments can be either animate or inanimate"... (12, p. 45-46). Mas Fillmore vê no trabalho de Nilsen o mérito de ser uma descrição "das propriedades básicas de cenas prototípicas em termos das quais as ações e experiências podem ser estruturadas". (8, p. 66).

W. Chafe, coerentemente com a posição que adotou, de que o verbo é o elemento central da frase, parte de um estudo de classificação dos verbos para chegar aos tipos de argumentos exigidos pelos verbos, o que ajuda decisivamente na identificação dos papéis casuais. Ficam, no entanto, alguns problemas a ser resolvidos, como, por exemplo, o dos argumentos que indicam a origem da transferência em verbos benefactivos de ação-processo. Ex: 28) A compra P de ? para B.

Também valiosos são os trabalhos de Cook, que reorganiza os dados, coteja autores, põe em termos adequados os dados fornecidos inicialmente por Fillmore, enriquecendo-os, principalmente, com a perspectiva de Chafe. Fillmore diz: “... If I knew precisely what it meant, Cook’s is a position I might take, too” (6, p. 63).

A matriz proposta por Cook foi criticada por Zarechnak, que apresenta interessantes pontos de reflexão, como vimos rapidamente.

Fillmore (1977) mantém os casos propostos em “Some Problems”..., onde o autor reconhece a necessidade de expandir o velho Dativo. Cotejando os novos casos propostos com os estudos aqui apresentados, podemos dizer que o Experimentador parece ter ganho um lugar definitivo entre os papéis casuais. É interessante notar, no entanto, que a existência de um caso tal como E (exigido por verbos que expressam evento psicológico de sensação, emoção ou cognição) deve-se principalmente à presença do traço lexical *animado*, de que os autores que se dedicam à Gramática dos Casos tanto procuram fugir.

Parece razoável a proposta de que argumentos usados com verbos não psicológicos de mudança de estado sejam rotulados com o caso Objetivo. Esse enquadramento coincidiria com o Paciente de Chafe, que é o argumento usado com verbos de estado e de processo. No entanto, o ca-

so Objetivo, mesmo nos estudos mais recentes de Fillmore, não se apresenta bem delineado. Fillmore (8, p. 78) propõe que a coisa que sofreu mudança de estado, embora se apresente na superfície com a mesma relação com o verbo, pode ter papéis casuais diferentes, como nos exemplos: 29) I cut *my foot* on a rock. (Paciente); 30) I cut *my foot* with a rock. (Meta)

O outro desdobramento do Dativo, é, como vimos, Meta, o caso que indicaria o recebedor, a pessoa que recebe um objeto numa transferência. Fillmore propõe também o caso Origem, sobre o qual nada é dito. O problema que se apresenta agora é que, numa oração com verbo de transferência, teríamos, inevitavelmente, um argumento com dois papéis casuais: Em 31) José deu o livro a *Maria*.

Maria é o argumento recebedor e, portanto, Meta. Logicamente, a origem da transferência é *José*, que preenche também o papel de Agente. Além disso, o recebedor pode ser o próprio agente em orações com verbos do tipo *receber*, propiciando também ocorrências em que um mesmo argumento terá dois papéis casuais.

Para Chafe, o Beneficiário é o que se beneficia do que foi comunicado no resto da frase, mesmo que não esteja diretamente envolvido na transferência, quando for o caso de verbo de ação-processo. Assim, nas frases abaixo 32) José comprou um carro (para si mesmo); 33) José comprou um carro para *Maria*, em 29), o Beneficiário é co-referencial com o Agente, sendo normalmente apagado; em 30) o Beneficiário é *Maria*. Chafe, assim como Fillmore, nada diz sobre o outro elemento da transferência, que no caso dos exemplos acima seria a origem.

Cook, em “Covert Case Roles”, tenta resolver esse problema propondo o Beneficiário interno e o externo. O Beneficiário interno (caso da proposição) é o que especifica “aquele em estado de posse

ou aquele que sofre perda ou ganho na transferência de um objeto”. O Beneficiário de Chafe e o Meta de Fillmore seriam considerados como Beneficiário externo, pertencente à modalidade: Assim, para Cook temos três tipos de Beneficiário:

- 34) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{dá} \\ \text{vende} \\ \text{oferece} \\ \text{devolve} \end{array} \right\}$ O a B
(origem) (meta)
- 35) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{toma} \\ \text{tira} \\ \text{recebe} \\ \text{compra} \end{array} \right\}$ O de B
(meta) (origem)
- 36) A $\left\{ \begin{array}{l} \text{canta} \\ \text{faz algo} \end{array} \right\}$ para B externo

A multiplicação de traços e a subdivisão de casos não parecem ser desejáveis numa teoria que visa à adequação, à simplicidade, à universalidade. O Beneficiário (ou Meta) não é o único caso que oferece problema à gramática dos casos. O caso Objetivo, como dissemos, nunca foi bem identificado. Não se chegou a acordo quanto às fronteiras exatas entre Agentivo e Instrumental nem se tem um consenso sobre como se classificam as forças da natureza. O fato de se querer rotular um argumento com um único caso, como tendo uma única função semântica constituiu-se numa grande dificuldade, como já vimos pela existência de Agentes que podem ser Origem ou Meta. Por outro lado, o exagero de traços identificadores de um mesmo caso, apresentado por alguns autores, faz ver que são os conceitos básicos que não estão bem definidos.

O estudo de Jackendoff, baseado no sistema de relações semânticas de Gruber, nos parece muito mais racional e mais econômico, pelo maior aproveitamento que faz das suas “relações temáticas”. Nesse estudo, a noção semântica fundamental é a de tema da frase. Em cada frase, há um SN funcionando como *tema*

(ex: com verbos de movimento, o tema é definido como o SN que se compreende sofrá o movimento; com verbos de locação, o tema seria o SN referente ao argumento cuja locação está sendo asseverada). Outras relações temáticas selecionadas por Jackendoff (Gruber apresenta mais algumas) são: agente, locação, meta, origem. Não se pretende aqui apreciar o estudo de Jackendoff, mas tão-somente apontar a diferença que ele mesmo vê entre o estudo de relações temáticas e a Gramática dos Casos: no sistema de Gruber, os SN_s podem funcionar em mais de um papel temático dentro da mesma frase. As relações temáticas, como se pode notar pelos exemplos dados pelo autor, são bem abrangentes. Ele exemplifica exatamente com dois verbos que nos interessam no momento: comprar/vender. Nas estruturas com esses verbos há transferência de posse. O objeto transferido é o tema; com *comprar*, o sujeito A é Meta também; com *vender*, o sujeito A é Origem também. Com verbos de transferência pode ainda haver o que Jackendoff chama de ação secundária:

37) João comprou um porco de Antonio por 50 dólares.

ação primária: João comprou o porco de Antonio

João — Agente (agente de compra)

e
Meta (recedor do objeto transferido)

porco — Tema (objeto transferido)

Antonio — Origem
ação secundária: Antonio recebeu 50 dólares de João

Antonio — Meta (recedor)
50 dólares — Tema (objeto transferido)

João — Origem.

Num estudo como a Gramática dos Casos, já começaríamos a nos preocupar com qual seria o melhor caso para rotular um SN como *por 50 dólares*.

Já nos estudos de relações temáticas, não só esse problema é resolvido de modo mais simples como, pela elasticidade da proposta, o Beneficiário externo de Cook acha um lugar bem mais confortável como simples Meta.

Não sabemos qual relação temática Gruber atribuiria ao Experimentador da GC, mas acreditamos que o problema deva ter sido resolvido com a mesma simplicidade com que foi tratado o Beneficiário.

Talvez se pudesse tentar adaptar algumas dessas idéias à Gramática dos Casos. Não seria, no entanto, mais econômico adotar algo que já foi concebido dentro de uma visão mais ampla, que já parte de uma perspectiva crítica da GC? Tal posição não invalidaria, entretanto, as bases lançadas pelos estudos de casos, que também propugnam pela relevância dos papéis semânticos dos argumentos de uma estrutura.

LIMA, M.C.P.B. — Case grammar and the “dative”. *Alfa*, São Paulo, 26: 33-46, 1982.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present an analysis of some studies on the Dative, as introduced by Fillmore and developed and expanded by Fillmore himself and other linguists.

KEY-WORDS: Linguistic theory; Case grammar; Dative; Experiencer; Beneficiary.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CHAFE, W.F. — *Meaning and the structure of language*. 4. impr. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1975.
2. COOK, W.A. — A set of postulates for case grammar. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 4. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1972. p. 35-49.
3. COOK, W.A. — Case grammar and generative semantics. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 8. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 1-27.
4. COOK, W.A. — Covert case roles. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 7. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1973. p. 52-81.
5. FILLMORE, C.J. — A proposal concerning English prepositions. In: DINNEEN, F.P., ed. — *Monograph series on language and linguistics n.º 19*. Washington, D.C., Georgetown Univ. Press, 1966. p. 19-33.
6. FILLMORE, C.J. — Some problems for case grammar. In: O'BRIEN, R.J. ed. — *Monograph series on language and linguistics, n.º 24*. Washington, Georgetown Univ. Press, 1971. p. 35-56.
7. FILLMORE, C.J. — The case for case. In: BACH, E. & HARMS, R.T., eds. — *Universals in linguistic theory*. New York, Holt, 1968. p. 1-88.
8. FILLMORE, C.J. — The case for case reopened. In: COLE, ed. *et alii*. — *Syntax and semantics: grammatical relations*, 8. New York, Academic Press, 1977. p. 59-81.
9. JACKENDOFF, R.S. — *Semantic interpretation in generative semantics*. Massachusetts, The MIT Press, 1972.
10. LEE, D.A. — Stative and case grammar. *Foundations of Language*, 10: 545-68, 1973.
11. McCOY, A.M.B.C. — *A Case grammar classification of Spanish verbs*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1969.
12. NILSEN, D.L.G. — *Toward a semantic specification of deep case*. The Hague, Mouton, 1972. (Janus linguarum, Series Minor 152).
13. ZARECHNAK, M. — Reflections on Cook's case grammar matrix. In: O'BRIEN, R.J., ed. — *Languages and linguistics: working papers*, 8. Washington D.C., Georgetown Univ. Press, 1974. p. 29-45.